

Lula será julgado em janeiro em 2ª instância

Julgamento está marcado para 24 de janeiro. Se confirmada condenação, ele não disputa as eleições

Brasília - O Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região, sediado em Porto Alegre, marcou para 24 de janeiro de 2018 o julgamento da apelação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva contra a sentença do juiz federal Sérgio Moro no caso do triplex do Condomínio Solaris, localizado no Guarujá, São Paulo. Em julho deste ano, Lula foi condenado a 9 anos e 6 meses de prisão, por lavagem de dinheiro e corrupção passiva. O processo foi incluído na pauta da 8ª Turma do tribunal, responsável pelos recursos da Operação Lava Jato na segunda instância da Justiça Federal. O relator da apelação é o desembargador João Pe-

dro Gebran Neto. O colegiado também é composto pelos desembargadores Leandro Paulsen e Victor Laus. Em outubro, o Ministério Público Federal (MPF) pediu o aumento da pena do ex-presidente. A acusação sustenta que Lula deve responder separadamente a cada acusação de corrupção que consta na sentença de Moro.

Na sentença proferida em julho, Moro entendeu que as reformas executadas no apartamento pela empresa OAS provam que o imóvel era destinado ao ex-presidente. Além disso, Moro entendeu que os recursos usados pela empreiteira foram desviados da estatal. (Agência Brasil)



EX-PRESIDENTE: condenação de 9,6 anos em 1ª instância

Se confirmada sentença, Lula está fora das eleições

Se for confirmada, a sentença pode levar o ex-presidente à prisão e bloquear sua candidatura às eleições de outubro de 2018, para a qual as pesquisas de opinião o apontam como favorito, com um terço das intenções de voto.

Lula, que enfrenta outros seis processos, ne-

ga qualquer ato de corrupção e denuncia uma perseguição judicial para impedir seu retorno ao poder e neutralizar sua força política. Na apelação, a defesa de Lula sustenta que a análise de Moro foi "parcial e facciosa" e "descoberta de qualquer elemento probatório idôneo".

CLÁUDIO HUMBERTO



Entre tirar Alckmin ou indicar vice

O Partido Socialista Brasileiro (PSB), que já foi de Eduardo Campos e de Marina Silva, prepara uma das mais ruidosas traições da política nacional: deixar pendurado na brocha o governador paulista Geraldo Alckmin (PSDB), que fez de Márcio França (PSB) seu vice esperando ser retribuído com o apoio do partido à sua campanha presidencial. O PSB procura outro candidato para enfrentar Alckmin. A menos que este escolha Aldo Rebelo, novo filiado do PSB, como seu vice em 2018.

Moça casadoira

O PSB conversa com o senador Álvaro Dias, do Podemos, e também com Joaquim Barbosa, ministro aposentado precocemente do STF.

Futuro governador



O vice Márcio França (PSB) assumirá o governo de São Paulo em abril quando Alckmin renunciar para fazer sua campanha presidencial.

Vira esse canhão pra lá

O temor dos tucanos é que, candidato a governador, Márcio França coloque o poder do governo paulista a serviço de um rival de Alckmin.

Briga de facções

Há briga no PSB, entre a "esquerda" sem-votos liderada por Roberto Amaral contra a facção pragmática que foi ligada a Eduardo Campos.

Registros

● Pacientes do SUS poderão consultar seus prontuários e a marcação de consultas por meio de aplicativo. ● Feitos um para o outro, PT e PSDB estão entre apoiar a reforma da Previdência, como seus governos queriam, ou votar contra para prejudicar Temer.

Marun quer indiciar ex-PGR

O deputado Carlos Marun (PMDB-MS) pediu, no relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da JBS, o indiciamento do ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot e do procurador da República Eduardo Pallela, que foi chefe de gabinete de Janot. Os dois são acusados pelo relator dos crimes de prevaricação e abuso de autoridade. O deve ser votado hoje. (Agência O Globo)



LOTÉRIAS

QUINA

12 14 25

58 68

Concurso 4554

DUPLA SENA

1º Sorteio

03 06 09

15 23 29

2º Sorteio

16 21 23

24 31 46

Concurso 1729

LOTOMANIA

12 14 25

29 32

37 45 50

52 54

60 61 63

73 77

78 79 82

97 98

Concurso 1822

TIMEMANIA

05 19 23

36 55

57 71

Time do coração:

ATLÉTICO/GO

Concurso 1118

Resultados do site

www.caixa.gov.br

Com acordo, poupadores terão direito até R\$ 5 mil

Brasília - acordo assinado ontem entre bancos e entidades que defendem poupadores prevê o pagamento à vista de compensação de até R\$ 5 mil para as perdas com os planos econômicos das décadas de 1980 e 1990. O pagamento será feito por meio de adesão e poupadores mais velhos receberão primeiro.

Após anos de disputadas na Justiça, a Advocacia-Geral da União (AGU), o Banco Central do Brasil, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira de Bancos (Febab) anunciaram que o acordo que encerra as disputas judiciais sobre perdas nos planos econômicos Bresser, Verão e Collor 2 foi assinado nesta semana. O prazo de adesão pelos poupadores é de dois anos após a homologação pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Só após a decisão do Supremo é que as datas exatas para o recebimento serão divulgadas.

ADESÃO PELA INTERNET

Bancos e entidades que defendem consumidores vão disponibilizar na Internet uma plataforma para que os poupadores possam aderir ao acordo. Terão direito ao ressarcimento os poupadores ou herdeiros que até 31 de dezembro de 2016 tenham entrado na Justiça em ações coletivas ou individuais.

Para aderir, o poupador precisará ter, na ação judicial, feito prova dos saldos de poupança, através de cópia dos extratos bancários do período ou da declaração do Imposto de Renda, segundo minuta do acordo, ao qual o jornal O Globo teve acesso. Após a adesão ao acordo, a ação será extinta. As adesões estarão submetidas a auditoria e procedimentos para evitar fraudes. (Agência O Globo)

Senadores aprovam criação de fundo para segurança pública

Brasília - O Senado aprovou ontem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública (FNDSP). O texto tem como objetivo principal o financiamento de ações de capacitação, aparelhamento e integração das polícias estaduais. Agora, a proposta precisa ser analisada pela Câmara. Para financiar o novo fundo, governadores querem usar recursos obtidos com a arrecadação de impostos da exploração de jogos de azar, prática atualmente vedada no Brasil. Entretanto, governadores e prefeitos têm insistido para que o Legislativo dê celeridade à apreciação do projeto. Tanto Câmara quanto Senado discutem o tema. (Agência O Globo)